



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária da Conatrae

Data e Horário: 08 de agosto de 2017, de 09h30m às 17h30m.

Local: Secretaria de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar – Brasília – Distrito Federal – 70308-200.

Participantes:

| NOME | CARGO | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO |
|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Adilson Santana de Carvalho | Assessor | Conatrae/SDH |
| Ana Carolina Roman | Procuradora da República | MPF |
| André Roston | Chefe da DETRAE/SIT | DETRAE/SIT |
| Andréia Figueira Minduca | Assessor | Conatrae/SDH |
| Alaor Pereira | Assessor | ABRAS |
| Antônio Lisboa Cardoso | Advogado | CNC |
| Camila Assis | Assessora | CONATRAE |
| Carlos Eduardo Chaves | Assessor | Contar |
| Eduardo Sant'anna | Especialista em Pol. Ind. | CNI |
| Elianildo da Silva Nascimento | | COETRAE/DF |
| Fabiana Galera Severo | Defensora Pública Federal | DPV |
| Flávia Piovesan | Secretária Nacional de Cidadania | MDH |
| Frederico Toledo Melo | Assessor Jurídico | CNA |
| Gleidy Braga Ribeiro | Presidente Coetrae/TO | |
| João Francisco Maria | Assessor | Conatrae/SDH |
| Lucilene Binsferd | Sec. Geral | IOS/InPacto |
| Luciana Conforti | | ANAMATRA |
| Luis Fujiwara | Oficial de Projetos | OIT |
| Luislinda Valois | Ministra de Direitos Humanos | MDH |
| Maria Fernanda Briceno | Analista de Pol. Sociais | Conatrap |
| Marília Ramos | Assiatente de Coordenação | Repórter Brasil |
| Mércia Consolação Silva | Diretora Executiva | InPacto |
| Renata Brás | Coordenadora | Conatrap |
| Rogenir Santos | Gerente de Programa | CRS |
| Silvio Albuquerque | | MDH |
| Tiago Muniz Cavalcanti | Procurador do Trabalho | MPT |
| Vera Jatobá | Diretora | |
| Xavier Plassat | Coord. Campanha | CPT |
| | | |
| | | |
| | | |

1) C
oord

enação – Conatrae

a. Abertura (10h)

Embaixador – abre a reunião, informando que irá retornar ao Itamaraty se despedindo e agradecendo a todos.

Adilson Santana – comenta sobre a saída do embaixador, expondo que um dos motivos que impulsionou a sua decisão em aceitar o cargo de Coordenador da Conatrae foi o convite e a presença do embaixador na SDH. Lamenta a saída, mas expõe o reconhecimento, desejando-lhe boa sorte.

Carlos Eduardo – agradece pela contribuição e lamenta a saída do embaixador

Carlos Eduardo, Marília, Mércia, Xavier, André Roston, Luis Fujiwara, Luciana Conforti, Fabiana Severo e Tiago Muniz – agradecem a presença do embaixador nas reuniões, ressaltando o seu comprometimento e desejando-lhe sucesso.

b) Aprovação da Ata de Reunião Ordinária de 27/06/2017

Adilson Carvalho – pergunta é possível aprovar, ou se deixaria para a reunião seguinte, ou ainda caso haja alguma questão pontual que aprove com as devidas ressalvas ao final da reunião.

Frederico Toledo – concorda que a aprovação seja passado para o final da reunião, tendo em vista que a ata foi remetida somente no final da tarde, não tendo tempo hábil para averiguar. Informa que olhando a pauta não verificou nada dissociado do que acontece, porém passou o texto para que o Rodrigo, que compareceu à última reunião, verificasse se há alguma ressalva.

Eduardo Sant'anna – pede que retorne este ponto ao final da reunião para que pudesse dar uma lida.

Adilson Carvalho – expõe que este ponto seja retomado ao final da reunião. Pede desculpas pelo encaminhamento tardio da ata, expondo acerca das dificuldades estruturais que a Coordenação se encontra hoje, como o déficit de pessoal.

2) Apresentação de lançamento da Codetrae/DF

Adilson Carvalho – fala sobre o contexto geral do Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, falando sobre o esforço para auxiliar na estruturação das Coetraes, expõe que até o momento tivemos a adesão de 22 estados, sendo que desse número 9 (nove) não existia Coetrae, dentre estes o DF, que está lançando a criação da Codetrae/DF.

Alex Nazaré – contextualiza em que momento foi assinado o pacto, falando da mudança de gestão e da continuidade desta pauta. Relata a situação em que se encontra o decreto de criação, fala sobre a mobilização da rede para fazer a composição da Codetrae/DF. Fala sobre a articulação com as outras secretarias e demais órgãos, assim como o judiciário e sociedade civil. Ressalta que a Codetrae irá funcionar como ponto de referência, fazendo parcerias também, estando à disposição de todos aqui. Agradecendo a todos e todas.

Adilson Carvalho – fala sobre a prioridade de articulação com os estados para institucionalização da política de combate ao trabalho escravo nos estados, visando o fortalecimento da política, tendo sido inserido o compromisso de criação de Coetraes no pacto com este intuito. Agradece à secretaria pelo acolhimento da pauta. Fala sobre a importância destas discussões locais. Informa sobre o encontro das

Coetraes, a ser realizado em 19 e 20 de outubro, falando já foi iniciada reflexão sobre esse assunto com o embaixador Silvio e com a Flávia, tendo a OIT se colocado como parceira. Traz a pauta para referendar.

Sílvio Albuquerque – agradece ao governo do GDF pela iniciativa, falando sobre a importância do aprofundamento do plano subnacional de promoção de direitos humanos, especificamente na luta contra o trabalho escravo. Faz referência ao reconhecimento do Brasil pelos países membros da OIT pela agenda do trabalho decente, tendo sido o primeiro país a ter uma agenda subnacional implantada. Ressalta que essa iniciativa é muito pertinente, agradecendo o esforço em favor da interiorização da política, não obstante as dificuldades na luta contra o trabalho escravo.

Carlos Eduardo – parabeniza o GDF pela iniciativa. Relata que embora tenhamos a sensação de que no Distrito Federal nada acontece de errado, com relação a trabalho escravo, costuma-se ter dificuldades de encaminhamentos quando se trata do entorno de Brasília, citando como exemplo os problemas encontrados na Usina Vila Boa, em Vila Boa/GO, que é recorrente na violação dos direitos dos trabalhadores. Assim espera que a Codetrae auxilie neste processo em busca de soluções mais efetivas para os trabalhadores. Aproveita para justificar a ausência da Polyana, pela Contag, visto que no momento estava na reunião do CNDH, uma vez que as agendas coincidiram.

Luis Fujiwara – parabeniza o GDF por essa iniciativa tão importante e necessária, principalmente neste momento tão difícil que o país está vivendo, do ponto de vista social, se colocando a disposição, principalmente do ponto de vista técnico, considerando importante ter uma aproximação da Codetrae com as outras Coetraes, reforçando a importância em estarem presentes no Encontro das Coetraes.

Mércia Consolação – parabeniza o GDF pela a iniciativa. Coloca a proposta de estarem inserindo os empresários que atuam no DF ou as organizações que os representam, entendendo importante fazer o convite para que possam fazer parte da Comissão.

3) Apresentação Impacto

a) Iniciativas nacionais e internacionais de combate ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo e Infantil

Mércia – realiza a apresentação

- Sobre o instituto
- Objetivos estratégicos
- Associados
- Organizações internacionais visitadas
- Fala sobre as experiências dos outros países que visitou
- Iniciativas
- Legislações internacionais

Mércia Silva – pondera que a comunidade empresarial e o governo poderiam se juntar para estrategicamente encontrar conjuntamente soluções para o problema.

Flávia Piovesan – agradece a Mércia pela apresentação, entendendo muito importante compartilhar estas experiências. Faz alguns relatos com relação ao tema, expõe que em reunião no MRE, expuseram que foi o Equador propõe estar na liderança da proposta de um tratado acerca de empresas e direitos humanos, com foco em empresas transnacionais, tendo sido o Brasil convidado como um dos poucos países para examinar o primeiro rascunho dessa proposta. Lembra que há os princípios orientadores de 2011, que não tem força vinculante, mas que trabalham com a tríade respeitar, proteger e reparar tendo como foco os

estados, as empresas e as vítimas. Destaca ainda que em 2015 o grupo da ONU sobre empresas e direitos humanos esteve no Brasil, realizando uma visita *in loco*, em grandes obras, focando nos grupos mais vulneráveis, que embora além do trabalho escravo hajam outras violações, ainda assim estas convergem com nossa agenda. Fala sobre a expectativa da sdh com relação a esse tema.

Relata que foi criado um protocolo, uma publicação com o dever das empresas, em especial com relação ao abuso sexual de meninas e meninos. Destaca que a FGV tem os dados demonstrando que quando há grandes obras há um aumento de vulnerabilidade de meninas e meninos. Dialogando com isso a sdh está preparando uma publicação que busca trazer elementos para um futuro plano nacional de direitos humanos, preocupação com a cadeia produtiva para prevenir violações, preocupação da empresa com relação ao entorno, responsabilidade extraterritorial das multinacionais e relação com os estados. Destaca que a intenção é resgatar essa memória verbalizada. Respeitar, prevenir, remediar. Compartilha com todos que a ideia é lançar a publicação no começo de outubro.

Tiago Cavalcanti – parabeniza a Mércia pela exposição e trabalho que realiza. Expõe algumas considerações pessoais, fala sobre a agenda 2030 explicando tratar-se de um documento que foi subscrito pelos 193 países que integram estados membros das Nações Unidas que tem a finalidade de atingir o desenvolvimento sustentável que vai desde a erradicação da fome, passando pela proteção ambiental do ecossistema para atingir a paz universal, no período de 12 anos. Destaca o objetivo 8 que fala sobre o trabalho decente e promoção do pleno emprego, sendo um de suas metas proteger os direitos trabalhistas e promover o trabalho decente, fala sobre o compromisso e iniciativas de diversos outros países em estar buscando atender essa agenda, porém chama atenção que aqui a maioria do empresariado vai pela desproteção do direito trabalhista, citando a reforma trabalhista. Assim, espera que o discurso saia do papel e venha ao mundo concreto a fim de atingirmos ao menos um destes objetivos.

Edmundo Lima – parabeniza a Mércia pelo trabalho realizado e compartilhamento com a Conatrae. Ressaltando que é importante saber como o mundo está trabalhando e ao visualizar observa-se que alguns países ainda estão iniciando essas discussões enquanto o Brasil já está inserido na pauta. Mostra o desafio que o Brasil tem de mostrar ao mundo o trabalho que vem sendo realizado, uma vez que isso é discutido internamente.

Antônio (primeira vez) – parabeniza a Mércia. Pergunta se o conceito de trabalho escravo é uniforme em todos esses países, sendo importante sair de um ponto comum para levar para os outros setores e envolver toda a sociedade. Sendo interesse de todos a erradicação do trabalho escravo, ponderando que quem pratica trabalho escravo está cometendo concorrência desleal.

Luis Fujiwara – expõe que com relação ao conceito varia bastante de país para país, podendo afirmar que da ótica das Nações Unidas o conceito brasileiro é um dos melhores e mais avançado do mundo e o que tem apresentado os melhores resultados, sendo uma referência global. Fala sobre a agenda anterior que foram os objetivos do milênio, sendo um conjunto de objetivos e metas, ressaltando que essa agenda funciona muito mais como um horizonte do que como uma realidade prática, citando que o mais importante não foi o alcance de alguns objetivos, mas sim a discussão que gerou, popularizando a discussão. Complementa a explicação do Tiago Cavalcanti sobre a agenda 2030, expondo que esta traz algumas novidades, dando ênfase à governança, trazendo também o papel preponderante que tem as organizações da sociedade civil e do setor privado na promoção do desenvolvimento, considerando ser um fator positivo, visto que para solução dos problemas é realmente importante reunir múltiplas institucionalidades. Destaca ainda como interessante a pauta empresas e direitos humanos, que tem uma discussão antiga, porém agora de forma mais estruturada. Entendendo ser importante destacar que muitas das inovações que estão sendo utilizadas no setor público estão surgindo no setor privado. Em

continuidade sobre a agenda 2030 fala sobre a meta aliança 8.7 que se coloca como um grande compromisso juntando os temas de trabalho escravo, infantil, tráfico de pessoas, além de todas essas pautas, faz a junção de diversos atores. Há uma mudança de cultura organizacional das empresas que passam a ver os direitos humanos sob outra ótica. Ressalta que erradicar o trabalho escravo é um bom negócio para as empresas, expõe que a OIT exemplifica o trabalho escravo em curva de demanda e de oferta, a curva de oferta tem haver com vulnerabilidade social e a curva de demanda tem a ver com prática empresarial, então se não tivermos mudanças significativas estruturais e sustentáveis no setor privado todos perderemos, empresa, trabalhador e governo, podendo deixar o Brasil de ser uma referência internacional.

Flávia Piovesan – convida a Ministra para saudação.

Luislinda Valois – agradece a presença de todos. Pede desculpas por não ter comparecido na última reunião, informando sobre a impossibilidade, visto que estava numa agenda com o público LGBT. Fala sobre sua experiência como juíza nos julgamentos de processos relacionados ao trabalho escravo. Agradece a Secretária Flávia por estar neste momento. Faz um discurso sobre o trabalho escravo, ressaltando não tratar-se de trabalho análogo ao de escravo e sim trabalho escravo mesmo, fala sobre a lista suja, sobre a luta e estratégias para superar este problema, fala também sobre todos os outros problemas que vem juntamente com o trabalho escravo. Se coloca a disposição para receber as demandas deste colegiado. Agradece a todos e todas.

Adilson Carvalho – agradece a presença e as palavras da Ministra.

Carlos Eduardo – dá as boas vindas à Ministra. Relata que sempre diz à Secretária Flávia que a demonstração de respeito que a sociedade civil pode dar a uma comissão como essa, é a lealdade, diante disso não poderia deixar de tecer algumas considerações. Parabeniza a Mércia pela iniciativa, citando como exemplo de empregadores que se juntam à pauta aqueles do Vale do São Francisco, visto tratar-se de uma das regiões que tem empregos rurais com maior qualidade, sendo isso fruto do diálogo social, das discussões com o empresariado. Registra que é importante demonstrar as experiências positivas, todavia devemos reconhecer o contexto, cita a reforma trabalhista que precariza o trabalho e posicionamento do STF quanto à terceirização. Destaca que nesse momento precisamos muito do InPacto, considerando a necessidade de enfrentar estes problemas atuais. Lembra que no momento em que foi instalado o GT do Ministério do Trabalho, foi realizada uma reunião com a Ministra, em que foi demonstrado o descontentamento e apontado o desrespeito com o próprio Ministério dos Direitos Humanos e assim foi solicitado por esta que se fizesse uma nota pontuando as demandas a serem atendidas pelo Ministério, tendo sido feita a nota, todavia não houve resposta. Ressalta, além disso, sobre o posicionamento por parte da Ministra, citando que não houve manifestações públicas sobre as ameaças e violações a direitos humanos neste momento, citando como exemplo o Pará, fala que esperava uma manifestação por parte da Ministra. Destaca ainda que não houve posicionamento firme por parte da Ministra com relação à redução das fiscalizações por parte do Ministério do Trabalho. Fala sobre a reforma trabalhista, expondo que os próprios empresários dizem ser inviável a aplicação da reforma trabalhista relatando que o governo não consultou a sociedade com relação a estas reformas. Finaliza expondo que em nome dos trabalhadores cobra do Ministério uma atuação mais eficiente.

Luislinda Valois – explica que tomou posse no dia 03/02/2017, não tendo estrutura até o momento. Diz que não está alheia à situação, com relação ao Pará disse que compareceu pessoalmente ao local, cita outro problema também em Pernambuco, com relação às religiões de matriz africana. Expõe que não é possível impor obrigações às autoridades, não tem o poder de interferir dentro do Ministério do Trabalho, sendo possível pedir, mas não pode interferir pq não há uma relação de hierarquia. Com relação à estrutura acredita que amanhã será publicada. Com relação à reforma trabalhista disse que não tem

interferência, mas que podem trazer as demandas para levar às autoridades competentes e se preciso ao Presidente da República.

Flávia Piovesan – diz que da parte da SDH, com relação ao Pará, foi contatado Secretário de Estado Michel, para saber acerca das providências, passando as situações ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, de imediato o conselho conseguiu fazer uma investigação *in loco*, e a Ouvidoria atuou no caso dos 9 trabalhadores e no caso do Pau D'arco exigindo providências.

Luislinda Valois – diz que a perícia só foi realizada pela Polícia Federal porque houve a interferência do Ministério dos Direitos Humanos.

Marília Ramos – saúda a presença da Ministra. Se junta às críticas quanto ao desmonte que vem ocorrendo com relação ao combate ao trabalho escravo, expõe que a Repórter Brasil está presente em alguns fóruns internacionais e tem observado preocupação por parte de organizações, agências e entidades internacionais em relação aos ataques ao sistema de combate ao trabalho escravo brasileiro. Partilha com o Carlos Eduardo a necessidade de dividir as boas experiências do empresariado, parabenizando a Mércia, todavia relata que existe uma discussão na ONU para se faça um tratado, um instrumento vinculante de empresas e direitos humanos, visto que com relação aos princípios voluntários não houve resultados significativos, sendo necessário nesse momento um instrumento vinculante. Expõe que o Brasil tem sido colocado internacionalmente como exemplo, com relação ao conceito e à fiscalização, devendo manter esta fiscalização.

Tiago Cavalcanti – agradece a presença da Ministra, esperando que retorne para continuar o diálogo. Tece considerações quanto à luta contra a escravidão contemporânea. Contextualiza sobre a situação atual, falando sobre as diversas reformas trabalhistas (terceirização, negociado sobre o legislado, desmonte do aparato do direito do trabalho, reforma sindical), visto que quando se fala de reformas trabalhistas estamos falando sobre direitos humanos, vindo tudo isso junto com desmonte do estado. Chama atenção acerca do corte na fiscalização do trabalho que já está ocorrendo inclusive em âmbito regional. Expõe que tudo isso demonstra que não há interesse político por parte do governo em avançar na política e tutela dos direitos humanos. Destaca que no caso da lista suja esta não foi publicada espontaneamente pelo governo, isso aconteceu em razão de uma decisão judicial. Lembra que em momento anterior já houve demandas à Ministra, fala sobre o ofício que foi enviado no dia 07/04/2017, assinado por diversas entidades, pedindo apoio político no sentido de enfrentar conjuntamente a escravidão contemporânea, tendo ainda um pedido específico que a Ministra articulasse junto a sua base aliada, tirando uma postura contrária aos projetos que visam o retrocesso conceitual de trabalho escravo, todavia até o momento não obteve qualquer resposta. Expõe que sua opinião é que a postura do Ministério dos Direitos Humanos hoje é uma postura omissa e negligente. Destaca que é necessário dar voz ao que pensa o Ministério dos Direitos Humanos, assim pede apoio à causa por parte da Ministra.

Luislinda Valois – sabe das atribuições do Procurador e não recebe como algo pessoal. Informa não lembrar-se ter recebido o ofício e que se possível o repasse a ela. Expõe não ser omissa, todavia não tem estrutura e pessoal para trabalhar, relatando falta de meios para cumprir toda a agenda.

Renata Braz – agradece o convite, entendendo que as duas pautas, respeitando suas especificidades, se dialogam, sendo relevante a aproximação destas pautas, relata que em muitos estados e municípios já ocorre esse trabalho conjunto. Destaca ter como expectativa aprender, tendo a Conatrap muito a auxiliar o Conatrap. Com relação à apresentação da Mércia, solicita saber se estas empresas já estão trabalhando com as pessoas resgatadas, visto que tem interesse em ter diálogo com estas empresas que possuem esse olhar. Fala que o enfrentamento ao tráfico de pessoas ainda é recente, mas vem trabalhando muito. Convida o Ministério dos Direitos Humanos a participar do Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que será realizado em 19 e 20 de setembro.

Fabiana Severo – parabeniza a Mércia, expondo que devemos avançar nesta atuação internacional, relata que sempre trouxe desânimo o fato de que o empresariado nunca tenha se pronunciado no sentido de defender a luta contra o trabalho escravo, gostaria de saber qual a possibilidade de o Brasil se posicionar nesta mesma direção, no sentido de reconhecer que existe trabalho escravo. Lembra ainda que o Brasil é referência internacional, e principalmente neste momento de instabilidade é necessário que toda a sociedade esteja engajada nesta luta, não podendo limitar-se somente à política estatal. Com relação ao exposto pela Ministra, esclarece que o pleito não seria no sentido de intervir, mas sim num sentido mais político de firmar posicionamento e articular. Fala sobre os projetos que ameaçam o conceito de trabalho escravo. Cita o Protocolo Convenção 29 da OIT, que é um tratado internacional que auxilia muito a atuação da luta contra o trabalho escravo, sendo muito importante a ratificação por parte do Brasil. Finaliza que seria importante que houvesse um posicionamento público neste sentido.

Mércia Silva – sauda a presença da Ministra. Fala sobre a Aliança 8.7, é muito específica para o combate ao trabalho escravo dentro da agenda 2030 e assim atraiu muitas empresas, principalmente aquelas que atuam fortemente na Ásia, não existe uma mobilização no Brasil, tendo em vista isso trouxe esta exposição para Conatrac para iniciar esta mobilização e pensar como fazer isso na América Latina. Com relação ao conceito de trabalho escravo, explica que quando as empresas assinam o pacto nacional, um dos compromissos é a defesa do conceito ou ao menos aceitação e legitimação desse conceito, não sendo, porém consenso. Com relação às pessoas resgatadas relata que tem empresas que estão auxiliando nesta recolocação do trabalhador no mercado de trabalho. Com relação à pergunta sobre a possibilidade de trazer empresas para o Pacto, diz tem muitas empresas que tem compromissos internacionais e com base nisso é possível tentar trazê-las, porque estas tem o interesse de comprovar que estão cumprindo com esses compromissos. Sugere que os processos de trabalho escravo venham associados com o crime de racismo, exemplificando uma fala que ouviu em Minas Gerais, e que lhe trouxe um pouco de indignação, relata que foi dito que todo imigrante refugiado que chega ao Brasil tem praticamente todos os direitos, exceto os haitianos, entende que isto é uma forma de racismo, porque não vê justificativa para essa diferenciação.

Luciana Conforti – agradece a presença da Ministra. Com relação à apresentação da Mércia, parabeniza, mas concorda com o Tiago, quando expõe que às vezes o discurso é um e a prática é outra, principalmente quando se fala de trabalho urbano, em que o objetivo hoje é a terceirização sem limites que agravará o problema do trabalho escravo urbano. Participou da Conferência Internacional do Trabalho, trazendo que o caso Brasil, foi um caso emblemático levado à conferência, em razão da reforma trabalhista e do PL 6442/2017, assim relata que por pouco o Brasil não entrou na lista dos 24 países com piores condições de trabalho do mundo, não entrou porque não houve consenso e porque naquele momento a reforma trabalhista era um projeto de lei, porém se manteve na lista dos 40 países nesta condição. Chama a atenção à Ministra com relação ao PL 6442/2017, entendendo que deve se dar uma atenção especial a este, visto que descaracteriza o conceito de trabalho escravo, e traz condições de escravidão ao trabalhador, ressalta que o conceito atende o país que é de natureza rural, que foi fruto de uma consolidação das experiências brasileiras contra o trabalho escravo. Pede atenção aos seguintes temas: manutenção do conceito, reforma trabalhista rural, fiscalização do trabalho e o protocolo da OIT.

José Abreu – informa que está passando a presidência da Coordenação Nacional de Direitos Humanos ao Sr. Rubens Barcellar. Destaca que é a única polícia que tem uma coordenação de direitos humanos.

Gleidy Braga – se solidariza com a Ministra quando se fala das dificuldades de ser gestora, fala da necessidade da disputa interna (agenda interna) e da disputa social, achando muito importante a parceria junto dos Ministérios Público e Federal. Faz um registro sobre o sistema socioeducativo, dizendo que deve haver uma atenção ao sistema, pensando na transversalidade da pauta direitos humanos, visto que não há como excluir o perfil deste adolescente junto a esta pauta.

Carlos Eduardo – espera que a Ministra retorne outras vezes e pede que dê atenção aos pedidos aqui formulados, reiterando a expectativa por uma atuação mais firme. Faz um alerta sobre as mudanças que ocorrerão com a saída do embaixador e da Flávia, demonstrando sua preocupação com essas mudanças e esperando que as pessoas que venham a suceder o Sívio e a Flávia venham para continuar apoiando estas bandeiras.

Mércia Silva – informa que o InPacto está apoiando uma ação no projeto da carnaúba, não podendo dar muitos detalhes, mas que todas as empresas que estiverem envolvidas devem ter o compromisso de resolver o problema. Informa que estão iniciando um projeto que se chama Mesa do Café e gostaria de apresentar na próxima Reunião da Conatrae.

Luislinda Valois – com relação aos projetos de lei sugere que se forme um grupo para ir até o congresso para falar sobre os projetos de lei, se comprometendo a buscar essa agenda no congresso e fazer a comunicação de data, horário e local. Com relação às pessoas resgatadas, fala sobre suas experiências, dizendo que foi até um país e convidou moças que são vítimas de trabalho escravo sexual para voltar ao Brasil e o relato das moças era de que não voltaria porque não chegariam ao aeroporto, pois seriam assassinadas se aceitassem a proposta. Concorde que é muito importante trazer o empresariado para essas discussões. Com relação aos haitianos concorda com a proposta da Mércia, expondo que realmente é muito difícil ser negro neste país, relatando uma história pessoal que passou.

Flávia Piovesan – propõe publicação sobre a Sentença Fazenda Brasil Verde, com proposta de 50 páginas, propõe que se coloque o resumo da sentença, e cada qual responda qual a importância e o impacto da sentença, sugere que se tenham os seguintes atores: os petionários CJIL e CPT, ANAMATRA, OIT, MTb, MRE, SNC/MDH, MPF, CNJ, RB, CONATRAE, GPETEC, se encaminharmos até o dia 15/09 ele pode ser publicado até outubro. Que após análise isso seja organizado, na parte da tarde.

1) A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas

a) Apresentação do Conatrap

Adilson Carvalho – faz um contexto sobre a intersecção entre as duas pautas, falando que este encaminhamento se deu por provocação do Dr. Maurício do MPT, em que argumentou no sentido de que os problemas estão interligados, então não teria o porquê de estarem separados. Defende que nesse momento é interessante que as duas políticas ainda caminhem separadamente, uma vez que o trabalho escravo, embora tenha muito mais tempo de política e luta, ainda acaba tendo menos visibilidade e considerando o cenário de ameaças é importante que assim seja feito, de forma a dar maior visibilidade. Ressalta a prioridade de articulação com os estados, visando a dar visibilidade. Todavia, considerando que as pautas estão interligadas acha muito importante este processo de aproximação.

Renata Braz – faz uma breve exposição sobre a comissão, problemas com estrutura e as dificuldades para a manutenção da pauta, tendo tido impacto nas reuniões do Conatrap. Entende também a necessidade de manutenção independente de cada uma dessas pautas, entendendo dever unir esforços nas questões afetas às duas pautas, visto que o Conatrap ultrapassa a questão de trabalho escravo, tendo outros desdobramentos. Faz uma apresentação da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

- Histórico da PNETP

- II Plano

- Explicação sobre a PNETP
- Rede Nacional e Núcleos de Atendimento
- Desafios da Política

Convida a todos para participarem do Seminário de Política Contra o Tráfico de Pessoas, dias 19 e 20 de setembro.

Maria Fernanda – se apresenta e faz uma exposição especificamente sobre o Conatrap.

- o que é; atribuições e composição.

Renata Braz – convida a Conatrap a fazer uma apresentação na reunião do Conatrap.

Adilson Carvalho – agradece e aceita o convite de ir ao Conatrap. Convida ainda a participar das próximas reuniões da Conatrap para essa troca de experiências.

Elianildo Nascimento – pergunta se a Conatrap tem contato com a comissão de enfrentamento ao tráfico de pessoas no DF. Informa que participa de um colegiado nacional que trata da temática de combate à intolerância religiosa, acredita que tem uma interface com a temática de migrantes, refugiados e apátridas. Assim se coloca à disposição eventualmente em necessidades específicas, como, por exemplo, no caso da chegada dos islâmicos.

Rogenir Santos – ressalta a importância de a Conatrap estar assumindo esta necessidade de articulação das pautas. É necessário que esteja sedimentado que o trabalho escravo é uma das modalidades de tráfico de pessoas. Entende termos uma demanda a enfrentar de forma articulada que é o alinhamento conceitual, visto que temos o conceito consolidado de tráfico de pessoas, amparado no Protocolo de Palermo, como em outras legislações e do trabalho escravo estamos caminhando. Importante ainda considerar a análise estrutural do problema do tráfico de pessoas, onde estão essas causas, bem como a questão da cultura da colonialidade de poder, entendendo que devemos atualizar as estratégias para aprofundamento desta análise desses elementos que geram e fortalecem este tipo de prática para evitar isso, podendo as universidades apoiar este processo. Considera importante construirmos um canal no sentido de identificar e realizar as ações comuns como, por exemplo, no campo da prevenção e análise dos dados. Ressalta que muitas vezes visualizou relatórios sobre tráfico de pessoas que falam somente de exploração sexual, porém não abordava sobre o trabalho escravo, entende dever haver nestas análises todas as modalidades.

André Roston – dá as boas vindas à Conatrap, expõe que houve um histórico de bastante necessidade de articulação com as pautas, visto que em alguns resgates identificava-se situação de tráfico de pessoas. Entende que o que se pode fazer é dialogar, na percepção da intersecção entre os dois conceitos, caminhando num estabelecimento de consenso. Há uma forte dicotomia entre exploração de trabalho escravo e exploração sexual, quando na verdade, geralmente, as duas estão ocorrendo ao mesmo tempo, são pautas que devem ser discutidas. Visualiza alguns atores da sociedade civil que estão ligadas ao tema sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo neste contexto. Queria entender como funciona o sistema de acolhimento das vítimas, visto que já ouviu alguns elogios a este trabalho de forma regionalizada, gostaria de saber como é esse trabalho com os parceiros.

Luis Fujiwara – pondera que muitas vezes ficamos no campo teórico, como por exemplo, no campo do conceito em que estar-se focado para isso, mas que há que se atentar que as coisas na prática continuam acontecendo, as pessoas estão sendo escravizadas, traficadas, exploração sexual, então, assim, faz uma provocação de cunho prático, sobretudo pensando na questão dos dados, tentar identificar quais os pontos de convergência, para assim, iniciarmos um trabalho de imediato, por exemplo, se começarmos a discutir

sobre trabalho escravo sexual, nos obriga a transversalizar a questão de gênero, que uma das deficiências que temos. Se conseguirmos fazer esse mesmo trabalho a Conatrap pode se beneficiar, por exemplo, da estrutura da inspeção laboral. Talvez fosse importante escolher 2 temas para começar e assim, talvez tanto a Conatrap quanto a Conatrap poderiam se beneficiar.

Rogenir Santos – fala sobre o olhar que o André citou com relação às vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual, no sentido de identificar a questão de gênero, devendo ser problematizado e analisado alguns dados que atualmente temos, mas que podem não ser reais, como por exemplo, maior percentual de homens em trabalho escravo, maior percentual de mulheres em exploração sexual, então deve se ter esse olhar. Ainda nessa mesma perspectiva, o porquê de a vítima de trabalho escravo ter certas garantias de direitos e os do tráfico não tem. Então é necessário aprofundar este debate.

André Roston – faz uma sustentação neste sentido de aproximar as pautas para que se possa garantir direitos para todos, e não somente atuar cada um no seu nicho, porque há um déficit de garantias de direitos quando se faz isso.

Xavier Plassat – fala sobre uma nota que foi aprovada na Conatrap em abril de 2013, que falava sobre trabalho escravo e exploração sexual, na época do flagrante da usina de Belo Monte, em que houve uma ação da Polícia Federal que liberou mulheres de um prostíbulo, e estranhou-se naquele momento o fato de as vítimas de exploração sexual, que estava em clara situação de escravidão, não tivessem nenhum dos direitos dos trabalhadores escravizados que foram resgatados no Brasil. Acha importante retomar essa discussão.

Renata Braz – com relação ao GDF fala que tem aproximação com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no GDF, que tem como coordenadora a Annie, falando sobre as ações do núcleo em parceria com o Conatrap. Com relação à migração diz que existe um departamento de migração que trabalha transversalmente, fala sobre a legislação que trata de migração, ressaltando que esta lei defende àqueles que estão em caráter regular e irregular no país. Com relação aos dados do último relatório, expõe que nos últimos relatórios foi contemplado a questão do trabalho escravo. Acha interessante utilizar a estrutura que já se tem da Conatrap para otimizar o trabalho. Expõe que não estão em todos os estados. Expõe que a sociedade civil tem uma grande representatividade no que se refere à exploração sexual, entendendo ser um retrocesso focar somente neste ponto, podendo potencializar no que podemos unir, mas sempre pensando no que podemos ir além. Reforça que é preciso articular com o CRAS e CREAS para garantir o atendimento às vítimas. Fala sobre uma consulta pública para colher informações para subsidiar a construção do III Plano Nacional. Gostaria de ter acesso à nota emitida pela Conatrap sobre trabalho escravo sexual de 2013.

André Roston – a impressão que se tinha é de que existe uma articulação regionalizada.

Renata Braz – diz que tem uma rede com assistência social, educação (MEC) e saúde (saúde da família), porém o Conatrap não tem um desenho especificamente dele para atendimento à vítima, tem organizações da sociedade civil que também auxiliam neste processo de atendimento e é acionado pelos núcleos de atendimento.

Luis Fujiwara – entende que a área de gestão pode ser um ponto comum, um início para se começar a conversar, em termos de governança, elaboração de plano, ferramentas, fazer coleta de dados integradas, considerando que os temas são próximos pode-se otimizar o trabalho se for realizado conjuntamente.

Mércia Silva – entende que o conselho nacional de educação poderia ser integrado, com vistas a auxiliar o acolhimento dos estrangeiros, exemplificando os bolivianos que chegam aqui e que não conhecem a língua.

Renata Braz – fala que não tem o conselho de educação, mas tem o MEC, com ações dentro no plano nacional, fala que o GI foi tido como uma boa prática de gestão, tendo sido possível a avaliação do plano durante estes três anos, tendo tido 90% de metas alcançadas.

Adilson Carvalho – agradece e tira como encaminhamento o convite permanente à conatrap e em contrapartida a participação da Conatrae nas reuniões do Conatrap.

2) Corte no orçamento da Inspeção do Trabalho (SINAIT)

Vera Jatobá – expõe que o corte orçamentário do MTb compromete todas as ações do Ministério, mas especialmente as fiscalizações, e conseqüentemente o combate ao trabalho escravo, visto que este trabalho requer muito recurso humano e financeiro. Faz uma cronologia de como isso vem acontecendo, citando as reformas trabalhistas e expõe como o SINAIT está enfrentando essa situação, com reuniões com as Centrais Sindicais, mas também outras entidades, como por exemplo, a PGT, Anamatra, Congresso (pedindo uma audiência Pública). Explica houve um aumento no corte das fiscalizações que chegou a 70%. Apela a todos para se juntarem para a reversão deste quadro.

Adilson Carvalho – explica que visando um encaminhamento prático pergunta o que especificamente a Vera espera da Conatrae, moção, nota.

Vera Jatobá – disse que não sabe exatamente qual instrumento a ser formulado, porém deseja que seja um documento que seja o mais eficaz possível. Espera que se tenha um documento que seja encaminhado aos órgãos que tem poder de decisão, MTb, MPOG e Casa Civil.

Carlos Eduardo – entende que tem que ser um instrumento mais efetivo. Entende que uma nota técnica ou moção venha causar algum impacto. Sugere que as diversas entidades da Conatrae venham a buscar conjuntamente uma reunião com o MPOG.

Mércia Silva – quer saber se o Ministério Público não poderia realizar essa exigência, com o fito de garantir o mínimo do serviço essencial.

André Roston – retrata que atualmente o MT tem 20 mil reais para passagem e nada para diárias. Há a possibilidade de um aporte de recursos de 50 milhões para o Ministério do Trabalho inteiro. Acredita que o Grupo Móvel não vai parar, mas a preocupação é se terá aporte de recursos para as regionais.

Ana Carolina – sugere que o SINAIT mande um ofício ao Ministério Público para verificar qual a abordagem mais necessária, para pensar qual a melhor estratégia, se uma abordagem institucional, no sentido de aproximação da conversa com o MTb ou se uma abordagem de uso das prerrogativas do Ministério Público Federal, se valeria a pena uma investigação, gostaria de ouvir a percepção do André.

Tiago Cavalcanti – entende que estas demandas não devem se limitar ao Ministério Público, entendendo que deve se fortalecer outros instrumentos e mecanismos para se solucionar este tipo de demanda, o que envolve todos os atores da sociedade civil, inclusive o setor patronal, não apenas o MP e o judiciário, visto que inclusive estes processos não são tão fáceis, tendo uma série de entraves. Ressalta que o MP não irá se furtar a exigir ou atuar no sentido de garantir o orçamento para essas demandas, mas entende que todos devem se unir para a busca da solução.

Rogenir Santos – entende que todos os canais que pudermos utilizar, temos que fazer, cartas, moções de repúdio ou qualquer medida possível ao menos para deixar registrado essa resistência quanto a esse desmonte da fiscalização.

Xavier Plassat – diz que já tivemos um enorme prejuízo, visto que verificou que o número de resgatados neste primeiro semestre não passa de 86, em outros momentos tínhamos 270. Destaca que este número faz parecer que temos um cenário em que não existe mais trabalho escravo, assim entende que isso, deve-se ao fato de que o governo quer mostrar isso para tentar demonstrar que não precisa combater.

Adilson Carvalho – pondera a colocação da Rogenir e concorda com a colocação do Tiago de não colocar esta responsabilidade do MPT. Sugere que se crie um grupo, para criação de um documento, que seja levado ao Ministro do Trabalho ou da Ministra de Direitos Humanos os dados do SINAIT que são fatos comprovados de que as ações estão sendo asfixiadas por falta de orçamento.

Tiago Cavalcanti – fala que temos um governo antidemocrático, entende que não adianta fazermos moção ou qualquer documento para Ministros, mas criar uma comissão para tentar tomar medidas de âmbito internacional, que seja um documento a entregar nas Nações Unidas, ou qualquer outro documento para trazermos na próxima reunião.

Adilson Carvalho – entende que corre o risco de perder o tempo.

Carlos Eduardo – insiste em uma conversa com o MPOG, em que estarão presentes várias instituições, entendendo assim haver um impacto maior.

Adilson Carvalho – que se faça uma síntese, que seja em nome da Conatrae.

Rogenir – entende que essas sugestões são complementares.

Eduardo Sant’anna – concorda em partes com o posicionamento do Cadu, concorda como o fato de que deve ser um movimento independente, de quem tiver interesse em buscar uma reunião com o Ministro e não concorda com a parte de que não inviabiliza outras ações, entende que inviabiliza, visto que neste momento é temerário tomar qualquer medida sem saber qual o motivo que levou ao corte. Expõe que o principalmente quando se diz que é um momento de desmonte de um governo antidemocrático, defende que não é, expondo que estes cortes já vem inclusive do governo anterior e que não se trata de um corte pontual.

Carlos Eduardo – não concorda, entendendo que deve ocorrer a reunião, a ser realizada por instituições, onde se teria mais autonomia.

Adilson Carvalho – tentando sintetizar, com relação ao Tiago, se teríamos ações mais imediatas de agenda com representantes do governo ou se criaria uma comissão que iria pensar num caminho de acionar espaços internacionais, outra proposta seria do Carlos Eduardo, que se faça uma reunião em nome das instituições independentes, não falando como Conatrae. Coloca que mantém sua proposta de que se faça um documento que leve aos Ministros, mas em nome da Conatrae.

Mércia Silva – entende que pode fazer tudo junto.

Carlos Eduardo – informa que caso a reunião seja em nome da Conatrae, a Conatrae se abstém. Mantém que as instituições separadamente têm mais força, como o MPT, a InPacto. Entende que o diálogo de governo com governo não resolve.

Rogenir – concorda com o posicionamento do Carlos Eduardo, levantando quais instituições fariam parte da comissão.

Adilson Carvalho – retira sua proposta e sugere manter a sugestão do Carlos Eduardo.

Carlos Eduardo – sugere que todas as instituições participem, RB, MPT, MPF, CPT, DPU, CODETRAE etc.

Adilson Carvalho – encaminha que a coordenação tente uma agenda com o MPOG para uma audiência com o Ministro.

Vera Jatobá – queria entender a proposta, se seria uma audiência conjunta, entendendo que isso duplica o compromisso enquanto entidades individuais, cada um teria que assumir esse compromisso, não tendo uma entidade organizadora, assim entende que deve haver uma união de interesses e força para que dê certo.

Adilson Carvalho – pergunta se o encaminhamento é de que todos se articulem mande um e-mail para a Coordenação da Conatrae provocando o MDH para que possa tentar uma agenda.

Ana Carolina Roman – sugere que cada órgão peça uma agenda com o Ministro e convide a MDH.

Tiago Cavalcanti – cada instituição que pretenda participar entre em contato com o Cadu, por meio do e-mail: Cadu@contar.org.br, assim faz-se um ofício e encaminha conjuntamente.

Luis Fujiwara – sugere dar um viés técnico a este documento, não trazendo somente um elemento político.

Mércia Silva – ressalta que diminuir a fiscalização só fortalece a dúvida internacional de que será que o Brasil ainda é uma referência

Adilson Carvalho – o encaminhamento é de que o Carlos Eduardo centralize os dados quanto às instituições que tem interesse, elabora um documento e tenta agenda com o Ministro.

3) Informes

a) Revisão Periódica Universal do Brasil na ONU (Repórter Brasil)

Marília Ramos – informa que existe um mecanismo de avaliação na ONU dentro do Conselho de Direitos Humanos que se chama revisão periódica universal, assim os países são divididos em blocos, cada um destes são avaliados por diversos outros países. Trouxe isso porque ao avaliarem o Brasil, foi feita uma série de recomendações sobre diversos temas, assim o governo brasileiro abriu uma consulta pública para falar sobre essas recomendações, tendo dentre elas várias recomendações sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas. Informa que encaminhará o link da consulta a todos, acha interessante que as instituições se manifestem nessa consulta.

Elianildo Nascimento – informa que em 09/08 a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal terá uma audiência pública para tratar dessas recomendações.

Adilson Carvalho – pede que a Marília encaminhe o link e nós reencaminhemos para os demais.

b) Trabalho escravo e trabalho doméstico

Adilson Carvalho – informa que a ideia era começar a fazer essa discussão sobre o que fazer com essa questão, porém os professores não podem vir.

- c) Ofício Anamatra à OIT (PL 6442/16) – houve uma fala da Anamatra mais cedo, ficando prejudicado nos informes.

Adilson Carvalho – fala sobre o Seminário da Sentença Fazenda Brasil Verde, sobre a data, fala que conversou com a Flávia que irá tentar conversar com a Maria Teresa para verificação do local. Em tempo fala sobre a publicação de um documento sobre a sentença, fala sobre o formato, e que será aberto para manifestações por parte de cada instituição.

Xavier Plassat – chama atenção quanto ao objetivo tanto do Seminário como da sentença que é a sensibilização dos operadores de direito, destacando alguns avanços técnicos, políticos e jurídicos. Sugere que tenha um filtro sobre essas instituições, tentando identificar quem melhor poderia interpretar os pontos da sentença para o bem do combate ao trabalho escravo no Brasil, então a ideia é que se tenha de 2 a 6 tópicos e dentro disso selecionam-se instituições tenham suporte técnico para falar sobre.

Tiago Cavalcanti – concorda com o Frei Xavier e entende que se for para abrir a todos, acredita que corre o risco de além de ficar repetitivo, fique atécnico, lembra, por exemplo, que conceito, prescrição, discriminação histórica dos trabalhadores foram temas tratados na sentença. Assim acha interessante fazer essa divisão tópica e de acordo com isso a comissão deveria analisar tecnicamente a pertinência das publicações.

Adilson Carvalho – encaminha a criação de uma comissão editorial para o livro: CPT, MPT e MPF.

4) Encaminhamentos

- Organizar a publicação sobre a Sentença Fazenda Brasil Verde, para publicação até outubro de 2017;
- Proposta de realização de uma reunião com o MPOG para tratar sobre o corte de orçamento da fiscalização do trabalho, assim cada instituição que pretenda participar entrará em contato com o Carlos Eduardo, por meio do e-mail: Cadu@contar.org.br, assim será feito um ofício conjunto pedindo agenda com o Ministro.
- Criação de uma comissão editorial para o livro sobre a Sentença Caso Fazenda Brasil Verde, fará parte as seguintes instituições: CPT, MPT e MPF.

5) Anexos

- Apresentação da InPacto
- Apresentação da Conatrap